

PERNAMBUCO E A HISTÓRIA *

José Honório Rodrigues

Na verdade digo a vós todos, Senhor Reitor Geraldo Lafayette, Senhores Membros do Conselho Universitário, Senhores Professores, meu prezado Professor Souto Maior, a cuja iniciativa se deve tudo isto, que me honra muito o título que me conferis.

Se o mereço deve ser porque os rudimentos que sei aprendi-os estudando o povo, os combates, os fracassos, as vitórias, as excelências de Pernambuco e dos pernambucanos. Glorio-me, neste instante, nas glórias de Pernambuco que desde moço aprendi a admirar. Tudo começou aqui neste solo, com esta gente que em sucessivas gerações ensinou seus filhos e os brasileiros a quererem mais ao Brasil e a glorificarem seu destino.

Os primeiros elementos do Brasil, de toda a vocação para que fui chamado, a de estudar a história do Brasil, aprendi estudando Pernambuco, e alguma coisa escrevi, com fervor, sobre os holandeses aqui, sobre 1817, sobre Frei Caneca, e outros heróis desta terra de tanta história e de tanta gente ilustrada nas virtudes, nas letras, nas armas, nas vitórias e derrotas.

* Discurso do Professor José Honório Rodrigues na Sessão do Conselho Universitário da Universidade Federal de Pernambuco, realizada no dia 27/11/80, em que lhe foi outorgado o título de doutor "Honoris Causa".

Notou Handelman que o Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, fez-se sozinho, sem auxílio estrangeiro. E o primeiro governador desta terra, o donatário Duarte Coelho, escrevia em 1548 a D. Manuel: "Não tenha Vossa Alteza em tam pouco estas terras do Brasil em especial esta Nova Luzitânia, como mostra ter em pouco pois não prevê nem me responde as cartas e avisos que há três anos e que por três ou quatro vias lhe tenho escrito mostra que tem, pois a isto não acude. Nem menos me tenha em tão pouco e tão pouca estima, que haja por mal empregado em mim dar crédito ao que digo e escrevo para bem do seu serviço e responder-me para que eu saiba sua intenção".

Foi assim desde o começo, a desatenção pela terra, e pelo merecimento dos que a trabalharam ou por ela, aqui, e não lá, e se esforçaram por construir-lhe um destino.

E desde o princípio Duarte Coelho assegurou aos senhores, aos moradores e povoados as liberdades e privilégios que com suas doações lhes fizera mercê. E Duarte Coelho repetia que S. Majestade lhe escrevesse e desse conta por escrito, "para que saiba o que devo fazer e senão passa o tempo embalde que é a maior perda das perdas, pois tudo se pode cobrar senão o tempo perdido".

Foi esse fervor, essa dedicação total, esse tempo não perdido que fez de Pernambuco uma capitania, província e estado poderoso, influente em todos os movimentos decisivos da nossa história. Sabemos que esta mostra a variedade do predomínio regional, e por circunstâncias que têm sido estudadas o Nordeste e o Norte sofrem hoje desvantagens que os prejudicam em relação a áreas do Sul, sobretudo do extremo Sul, mais novas na Federação e dominadas por populações não tradicionalmente brasileiras como as do Nordeste e Norte.

Assim, a suprema excelência de Pernambuco, os seus feitos com tanto amor gerados e nascidos, conduziram-me ao estudo dos holandeses no Nordeste e sobretudo em Pernambuco, e ainda que sejam desvaliosos, meu primeiro livro foi a **Civilização Holandesa no Brasil**, prêmio de erudição da Academia Brasileira de Letras em 1937, sendo relator Roquete Pinto, e o segundo a **Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil (1949)**. Um pouco antes, em 1945 - 1946, preparara com a colaboração de minha mulher Lêda Boechat Rodrigues, o **Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, publicado pelo próprio instituto Arqueológico em 1961.

Em 1935, coube-me publicar nove volumes dos **Documentos Históricos** da Biblioteca Nacional sobre a Revolução de 1817 e um sobre a Conspiração dos Suassunas em 1801.

Desde cedo, pois, aprendi a alegrar-me grandemente com os exemplos de Pernambuco ao Brasil, no seu arrebatado amor à liberdade, na braveza e ímpeto desmedidos, no muito amor à pátria, no nacionalismo radical, nos seus feitos extraordinários, ainda que vencidos, nos exemplos altivos, glória dos olhos, dor dos corações. A firme, segura, limpa coragem dos revolucionários pernambucanos pela liberdade, pelos direitos humanos, pelo nacionalismo, pelo radicalismo mameluco, como o chamou João Ribeiro, que busca as raízes dos males para arrancá-los do solo e da gente e libertá-los.

A condição liberal e nacional pernambucana deu a Pernambuco um sentido de brasilidade que só os povos originários possuem e não a primeira geração brasileira que hoje ascende e aspira ao mando nacional, como se vê de tempos para cá.

Há povos bravos e há povos covardes. Uns nascem para doar seu sangue e sua vida ao bem da sua terra; outros nascem para atraí-la, ou, pela covardia, disfarçada em cautela, acomodar-se a todas as situações, mesmo as mais prejudiciais ao interesse do povo e do país. O comportamento histórico de Pernambuco e dos pernambucanos é uma das mais abundantes riquezas do Brasil. É um povo que merece confiança, pois não deshonra seu passado, nem seu presente.

Mas por uma das ironias da história, talvez por influência política permanente de Minas Gerais no poder nacional, deu-se à conspiração de 1789, onde não houve um tiro, onde não se tomou o poder, uma importância maior que 1817.

O movimento de 1817 foi vitorioso depois de uma luta sangrenta, assumiu o governo, instituiu a primeira constituição brasileira, assegurando direitos e deveres, foi vencido, alguns executados de imediato a mando das comissões militares investidas de poderes excepcionais, muitos presos geraram nas prisões da Bahia até a anistia portuguesa de 1821. E até hoje 1817, que é o maior acontecimento pré-independência, não merece o culto, a reverência que se prestam à conjuração mineira de 1789 e Tiradentes tornou-se o símbolo do martir cívico, oficialmente considerado: É certo que ele foi o primeiro e o único corajoso no meio da covardia geral que revelaram os conspiradores mineiros.

Mas os mártires pernambucanos de 1817 são incomparavelmente superiores em bravura e doação da vida aos mineiros de 1789. Morreram muitos lutando, nove foram fuzilados por crime de alta traição e 317 foram presos, processados e na maioria condenados. Escreveu acertadamente Hipólito da Costa que "a comoção do Brasil tinha por motivo o descontentamento geral e não as maquinações de alguns indivíduos, porque não há no Brasil indivíduos de influência bastante para regularem a opinião pública". Isto foi escrito em 1817 e em 1883 Joaquim Nabuco, alma grande nascida nesta terra generosa, escreveria n' **O Abolicionismo** que "nenhum homem vale nada, porque nenhum é sustentado pelo país".

Pois nem por isso frutifica menos a biografia que a historiografia, menos o indivíduo que as forças impessoais, sociais e econômicas.

Mas a verdade é que 1817 foi o primeiro tempo da Pátria, que nasceria definitivamente em 1822.

Ao saber na França do movimento de 1819, Stendhal escreveu esses comentários em seu **Journal (Oeuvres Completes, Paris, 1834, t. 5, 221 - 222)**: "L'insurrection admirable du Brésil, presque la plus grande chose que pût arriver, me donne les idées suivantes; 1. La liberté est comme la peste. Tant qu'en n'a pas jeté à la mer le dernier pestiféré, l'on n'a rien fait. 2. Le seul remède contre la liberté, c'est les concessions. Mais il faut employer le remède à temps: voyez Louis XVIII; Il n'y a ni lords, ni brouillards au Brésil".

Vem depois, entre as maiores, 1824, repúdio à outorga da Constituição de 1824, quando outros brasileiros são fuzilados, outros presos, e Frei Joaquim do Amor Divino Caneca e o capitão crioulo Agostinho Bezerra encontram a luz gloriosa do martírio e entram para a história do Brasil como heróis-mártires.

Frei Caneca, que encarna o liberalismo radical e o nacionalismo caboclo que os conservadores tanto detestavam, escreveu pouco antes de morrer:

Tem fim a vida daquele
Que a pátria não soube amar:
A vida do patriota
Não pode o tempo acabar.

Em 1848, a Praia revela o sentido social do liberalismo pernambucano e Caxias, que jugou todas as rebeliões brasileiras do Norte ao Sul, negou-se a comandar as forças governamentais porque as instruções que recebeu não lhe permitiam os gestos de perdão e conciliação que sempre tentara na sua carreira militar, convencido que combatia brasileiros, divergentes, heterodoxos, dissidentes, mas sempre brasileiros, aos quais não deve faltar a mão estendida do vencedor ao vencido, seu igual, no amor ao Brasil e nos direitos de cidadania.

A história pernambucana é uma lição de amor à liberdade, aos direitos humanos, à dignidade da vida humana, de defesa de instituições liberais, onde impere o reino da lei, onde a soberania nacional não seja desrespeitada, e na qual o caminho do autoritarismo é sempre repudiado. Sua história não é ortodoxa, é herética; não é autoritária, é liberal.

Daí o ódio dos conservadores e reacionários do gênero de Varnhagem e seus discípulos conservadores, ou de Oliveira Viana, cujos estudos louvaram sempre as populações conservadoras de Minas, São Paulo, e as fluminenses, e não cariocas. Oliveira Viana esqueceu-se da Bahia, que ao lado de Minas e dos fluminenses, os antigos senhores de cate do Estado do Rio, formaram o grosso do conservadorismo que é a essência principal e perdurável das minorias dominadoras.

Pernambuco, cuja razão de ser foi a luta pela liberdade, e a liberdade experimentada na ação prático-política, é pai espiritual de várias capitanias ou províncias do Nordeste. Criador, educador, organizador, libertador de uma área imensa onde nasceram e se desenvolveram várias capitanias, províncias e estados.

É, assim, inundado de gratidão que agradeço a Pernambuco, representado pela sua Universidade, e esta pelo Professor Armando Souto Maior. Permita-me Armando Souto Maior que ressalte ser a sua **História do Brasil**, um livro modelar, pela orgânica distribuição das unidades, pela lucidez da interpretação, pela clareza da língua. Esta obra valeu-lhe um reconhecimento nacional, pois é sabido que a historiografia didática brasileira é inqualificável pela ruindade de seu texto. Souto Maior qualificava-se neste livro, tantas vezes reeditado, como um professor de mérito, que sabe educar revelando que a história não é a propaganda dos vitoriosos, nem sustentadora do **statu-quo**, nem dos aparelhos de repressão da Razão de Estado.

Vem depois sua revelação, não como professor, mas como historiador. Entra num caminho novo, a história revisionista e combatente, aquela que revê os quadros de ferro impostos por Varnhagen e seus seguidores, e combate por uma história que sirva aos vivos, ao presente.

O seu **Quebra-Quilos. Lutas sociais no outono do Império** (Brasília, 1978) é uma contribuição marcada pela feição renovadora da temática, da metodologia, da crítica e da compreensão humana do acontecimento. Contra o mito, a meia verdade, as distorções deliberadas, a visão de Armando Souto Maior se inspira num legado teórico e prático dos que não querem travar o futuro com o passado.

Um movimento revolucionário considerado menor, ele o vê como uma forma primitiva ou arcaica de agitação social e além disso e da revelação de fatos novos baseados em documentos novos que refiguram a rebelião; ele demonstra que não é um fenômeno isolado, paraibano ou pernambucano, mas suas raízes se espalham numa vasta área geográfica que compreende quase todo o Nordeste. Como disse, Pernambuco é o pai do Nordeste, e tudo que nele se fazia nos outros repercutia. Mais valiosa ainda é sua contribuição concreta ao estudo do banditismo social, forma revolucionária pré-política, que precede as verdadeiras revoluções.

A unidade da divisão capitular, as relações pré-ideológicas, as variedades regionais oferecem uma compreensão singular de um acontecimento que andava envolto num mundo místico, lendário, fantasioso. Souto Maior desnuda o fato, limpa-o das distorções e o apresenta como mais um episódio ainda desfigurado da injustiça que sofre o povo brasileiro na sua inglória luta pela liberdade e pela justiça social.

Sua decisão agora de estudar o "Ronco da Abelha", outro movimento em que se misturam, segundo ele, misticismo e sebastianismo, coloca-o entre os renovadores da historiografia brasileira, que não o é revisionista factual e interpretativa, como combatente, no sentido de servir à vida e à compreensão do presente pelo passado, como também porque compreendeu que o tema Revolução é um dos grandes problemas da historiografia moderna.

Quando comparei ao XIV Congresso Internacional de Ciências Históricas, realizado em San Francisco em 1975, entre os grandes temas de estudo estava **A Revolução**, e coube ao Professor Eric Hobsbaw, ex-fellow do King's College da Universidade de Cambridge (1949-1955), e desde 1959 Professor da Universidade de Londres, apresentar a tese sobre **Revolução**.

Reconhecido como um dos maiores historiadores ingleses, autor de numerosa obra, **Primitive Rebels, Bandits, The Age of Capital, 1848-1875**, quase todos traduzidos em português, Hobsbaw fez uma exposição admirável sobre as características da Revolução, baseado em Karl Griewank, **Der neuzeitliche Revolutionsbegriff** (O conceito moderno de revolução, 1969), e descreveu-a como um fenômeno macro-histórico de transformação, uma ruptura do sistema sob crescente tensão sócio-psicológica. Ela se caracteriza, primeiro, por ser violenta, um choque repentino, que introduz mudanças nas instituições e na legislação. Segundo, a revolução possui conteúdo social e se apresenta como um movimento de massas e grupos, e geralmente também com ações fortes de resistência. Finalmente, possui uma forma intelectual de idéia pragmáticas ou ideológicas que estabelecem objetivos visando uma renovação, um desenvolvimento ou um progresso da humanidade.

No estudo que escrevi sobre **A Revolução Americana e a Revolução Brasileira da Independência (1776-1822)** (Separata da Revista História de America, n.º 283, Jan-Junho 1977), lembrei que Jacob Burckhardt ensinou que a mudança é da própria essência da história e que há períodos ou ciclos revolucionários e fases moderadas, e, mais, que Johan Huizinga escreveu sobre épocas primaveris ou outonais da História.

Essa macro-história não deve ser confundida na intitulação e qualificação com acontecimentos chamados revoluções, que têm ocorrido na América Latina, que nada mais são que golpes de Estado. Essas são crises menores, micro-história, ligadas quase sempre ao mau funcionamento do governo, às crises de transferência do poder e às denominadas contra-revoluções. São um substitutivo, um **ersatz**, com o fim de manter o **statu-quo**, e os privilégios dele decorrentes.

Para o desabrochar de uma Revolução, que representa uma ruptura, é necessário que entrem em conflito a estrutura sócio-econômica e a situação dominante, e é devido à interação entre elas que se determina o limite da decisão e da ação. Mas é que decide as possibilidades da ação que redundam na revolução, o fator mais importante, é a situação, isto é, a possibilidade de evitar a incontrollabilidade do momento de tensão sócio-econômica.

No Brasil, como venho sustentando desde os estudos histórico-políticos da década de sessenta, nunca houve Revolução, nem a da Independência, pois no seu bojo vinha a contra-revolução, capaz de impor os limites da ação revolucionária da mudança. As tentativas de revolução com as características de violência do conteúdo social e da programação ideológica foram sempre contidas ou esmagadas. Sempre a contra-revolução foi vitoriosa, sem exceção, e sabemos que todos os países que se tornaram potências sofreram uma revolução transformadora de caráter social e econômico.

O poder da minoria dominante no Brasil é tão grande, tão forte, e o povo tão fraco, pela miséria, a fome e o analfabetismo, que sempre que a minoria se viu ameaçada nos seus privilégios e supremacia, ela foi capaz de esmagar a revolução ou por-se à frente dela e desviar o seu curso, segundo seus interesses.

Daí a durabilidade, continuidade e conservadorismo da história do Brasil. A estrutura econômica é uma rocha granítica que não se abala com as superficiais agitações superestruturais. Sempre recorre-se às pequenas concessões, às reformas da legislação ou eleitorais que distraem ou pretendem distrair a maioria das soluções dos problemas essenciais. Estes são sempre adiados, e quando é impossível deixar de resolvê-los, gasta-se o maior tempo possível, faz-se tudo devagar, lenta e gradualmente para que o abalo para a minoria dominante seja menor.

O exemplo clássico é a Abolição, que durou quase um século com conseqüências irreparáveis no processo histórico brasileiro. Outro é a reforma agrária, que vem da criação das capitânicas hereditárias.

Pernambuco conhece bem esta história, porque foi palco de revoluções fracassadas e de repressões inesquecíveis pela maldade intrínseca de sua minoria dominadora, que muitas vezes maculou de sangue a sua e a nossa história.

A Revolução é uma Revelação, a esperança, a utopia no mundo melhor, numa convivência mais harmoniosa, numa desigualdade não tanto desigual, na melhor distribuição da renda, a fim de evitar o que é intolerável num país que acredita pertencer ao mundo cristão ocidental. Como permitir não só a desigualdade regional, mas a fome de milhões de brasileiros, a carestia, a inflação, o empobrecimento das classes médias, a insuficiência econômica e social operária, o agravamento das relações sociais, tudo isto somado, quando novamente, como antes, durante e hoje a história continua a mesma: a brutal desigualdade econômica do Brasil, que fere a sensibilidade de todos, cristãos e não cristãos, conscientes de seus deveres e responsabilidades sociais.

A história do Brasil revela que esses males duram desde antes de sua criação como país livre, e nunca decidiram suas minorias dirigentes remediar situação tão injusta e desumana.

Mas a esperança, que se liga à revolução, e que vive na história — pois sem ela entraria a humanidade em colapso e voltaria à animalidade, sob a tensão do sofrimento e da miséria —, nutre homens e mulheres com o ideal de dias melhores. Assim ensinou Ernst Bloch, cuja obra e pensamento tanto influenciaram no Concílio Vaticano II.

A existência humana tem sido o registro da opressão social e econômica, do desperdício, da injustiça social. Pernambuco e todo o Nordeste, e vastas regiões e povos situados em áreas de consumo mínimo sabem que o nosso passado e presente são, na significação escrita da palavra, pré-humanos. Os historiadores não podem omitir isso. Eles devem refletir seria e rigorosamente sobre o papel do seu trabalho na vida política e social do país.

As grandes populações brasileiras só têm resistido a esta dilaceração porque o espírito humano possui um desejo de sobrevivência consciente e uma habilidade de conceber futuras possibilidades e projetá-las sobre as formas hostis e fragmentárias do presente.

A esperança, o princípio da Esperança (**Das Prinzip Hoffnung**) é o mecanismo literal da sanidade mental e da sobrevivência social. Através de sua habilidade, que no caso é crucial, ele usa o subjuntivo, o optativo com os quais continuamente reestrutura o passado, diz não ao presente, constroi um futuro melhor e sobrevive de esperança.

A história dos povos empobrecidos pela alienação interna e externa contem em si os mais preciosos sonhos de melhoria. Tais sonhos, tais sentidas futuridades têm sido produzidas por homens e mulheres desde o começo da formação de uma consciência social e pessoal. Mas, infelizmente, os sonhos da noite à procura do futuro geram quase sempre improváveis alvoradas.

Na história de Pernambuco, como na do Nordeste em geral, na do Norte, e no Brasil todos os crepúsculos dominam as alvoradas. Pernambuco ensinou aos brasileiros a lutar pela liberdade.

Neste país maravilhoso que todos amamos, cheios de manhãs luminosas, vive um grande povo sofrido, esfomeado, cansado, doente, deseducado, perseguido, que passa mais dias tenebrosos que abençoados.

E apesar de tudo isto foi ele e só ele quem construiu o Brasil, com seu esforço, seu trabalho, sua dedicação, sua inquebrantável fé neste país, nesta província, em qualquer pedacinho do Brasil. Por isso a ele se aplicam diretamente as palavras de Demogorgon no discurso final de Shelley no **Prometheus Unbound**, esta magnífica expressão de fé em Cristo e de harmonia lírica:

Sofrer desgraças que a Esperança pensa serem infinitas
Esquecer erros mais negros que a morte ou a noite

Amar e tolerar, esperar até que a esperança crie
De seus próprios destroços as coisas que ela contempla
Nem mudar, nem vacilar, nem arrepender-se
Isto, como a glória, Titã, é ser
Bom, grande, alegre, belo e livre. (*)

A tragédia histórica brasileira continua a ferir o povo desta Nação que merecia outro destino, mas a esperança de regeneração está presente.

Neste momento reafirmo minha esperança nesta visão prometedora de um povo bom, grande, alegre, belo e livre e agradeço cheio de júbilo esta doação titular que fica, eleva, honra e consola, que devo à generosidade do Reitor Geraldo Lafayette, do Conselho Universitário, dos Senhores Professores, e do meu prezado amigo Professor Souto Maior. Sinto-me com este título ainda mais obrigado para com a história e o povo deste bravo e liberal Pernambuco, que tanto aprendi a querer bem, a estimar de todo coração na eternidade de seu povo, de seus feitos, de sua inquebrantável esperança no futuro.

Duarte Coelho, aos 24 de novembro de 1550, escreveu ao Rei de Portugal a verdade pernambucana:

"E por isso Senhor Deus ajude e confio ajudará até o fim de meus dias, porque dizem os naturais que no nascer e no viver e no morrer se verá quem cada um é"

Muitíssimo obrigado.

(To suffer woes which Hope thinks infinite
To forgive wrongs darker than death or night
To love and bear, to hope till hope creates
From its own wreck the things it contemplates
Neither to change, nor falter, nor repent
This, like the glory, Titan, is to be
Good, great, joyous, beautiful and free.)